



O HOMEM, A TERRA E A LIBERDADE COMO CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO ANARQUISMO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA¹

THE MAN, THE LAND AND THE FREEDOM AS AN EPISTEMOLOGICAL CONTRIBUTION OF THE ANARCHISM IN THE AGRARIAN GEOGRAPHY

EL HOMBRE, LA TIERRA Y LA LIBERTAD COMO CONTRIBUCIÓN EPISTEMOLÓGICA DEL ANARQUISMO EN LA GEOGRAFÍA AGRARIA

José Vandério Cirqueira Pinto
Professor do Instituto Federal de Goiás (IFG)
Doutorando pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
vanderioifg@gmail.com

Resumo: No plano epistemológico, a geografia agrária ainda direciona parcial atenção ao anarquismo, que por sua vez, contribui diretamente com a luta do homem pela terra e pela liberdade. O anarquismo evidencia a necessidade de organização da classe por um discurso solidário e integrador de forças, no sentido de agregar todas as lutas por um confederalismo internacionalista camponês, tendo como objetivo central a autonomia humana. É a partir dessa perspectiva que esse trabalho se organiza: sinalizar contribuições epistemológicas do anarquismo à geografia agrária, dando ênfase à tríade *homem, terra e liberdade*. Esses temas podem melhor contribuir com o exercício de reflexão e de fortalecimento das lutas do campesinato por autonomia e resistência territorial, pois eles advêm da mesma base radical crítica da geografia agrária.

Palavras-chave: Geografia agrária, Anarquismo, Homem, Terra, Liberdade.

Abstract: At the epistemological level, the agrarian geography still directs partial attention to anarchism, which in turn, contributes directly to man's struggle for land and freedom. The anarchism highlights the need of the class organization for a solidary and integrative discourse of forces, to aggregate all fights for a peasant internationalist confederalism, with a main objective: the human autonomy. And it is from this perspective that this work is organized: to signal epistemological contributions of the anarchism to agrarian geography, emphasizing the triad man, land and freedom. These subjects can best contribute to the exercise of reflection and fortification of the peasantry struggles for territorial autonomy and resistance, as they come from the same critique radical base of the agrarian geography.

Keywords: Agrarian geograph, Anarchism, Man, Land, Freedom.

Resumen: En el nivel epistemológico, la geografía agraria todavía dirige la atención parcial al anarquismo que, a su vez, contribuye directamente a la lucha del hombre por la tierra y la libertad. El anarquismo destaca la necesidad de la organización de clase para un discurso de apoyo y de integración de las fuerzas, para agregar todas las peleas por un confederalismo internacionalista campesino, con un objetivo principal: la autonomía humana. Este trabajo se organiza bajo esta perspectiva que es señalar las contribuciones epistemológicas del

¹ Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial de avaliação da disciplina *Tópicos Especiais: Teorias Agrárias e Processos Territoriais*, ministrada pelo professor Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho, entre os dias 09 a 13 de setembro de 2013.

anarquismo a la geografia agraria, haciendo énfasis a la tríada hombre, tierra y libertad. Estas cuestiones pueden contribuir mejor para el ejercicio de la reflexión y del fortalecimiento de las luchas de los campesinos por la autonomía territorial y la resistencia, ya que provienen de la misma base radical crítica de la geografía agraria.

Palabras clave: Geografía agraria, Anarquismo, Hombre, Tierra, Libertad.

INTRODUÇÃO

“Evitai essa morte a qualquer preço, camaradas. Conservai com desvelo vossa terra, vós que tendes um pedaço; ela é vossa vida e aquela da mulher, dos filhos que amais. Associais-vos aos companheiros cujas terras estão ameaçadas como a vossa pelos usineiros, pelos amantes da caça, pelos agiotas; esquecei todos os vossos pequenos rancores de vizinho a vizinho, e agrupai-vos em comunas onde todos os interesses sejam solidários, onde cada tufo de grama tenha todos os comunais por defensores. [...] Com essas pessoas, atacareis, derrubareis as muralhas desses domínios; com elas, fundareis a grande comuna dos homens, onde trabalhareis de concerto para vivificar o solo, embelezá-lo e viver felizes, sobre essa boa terra que nos dá o pão.”
Élisée Reclus. A meu irmão camponês. In.: COELHO, P. A. (Org.).
Élisée Reclus: Anarquia pela Educação. São Paulo: Hedra, 2011, p. 91.

Essas palavras de Élisée Reclus, escritas em 1899, demarcam o quanto o anarquismo clássico e as recentes teorias libertárias podem ainda contribuir com as teorias e práticas sociais do campesinato. Ele evidencia a necessidade de organização da classe por um discurso comunalista e integrador de forças, no sentido de agregar todas as lutas por um confederalismo internacionalista camponês, que tenha como objetivo máximo, a autonomia humana, à luta por terra e por liberdade.

E é a partir dessa perspectiva que esse trabalho se organiza: sinalizar contribuições epistemológicas do anarquismo à geografia agrária. A tríade homem, terra e liberdade são conceitos constantemente elencados por diversos autores de perspectiva libertária que, de um modo geral, não recebem considerável atenção da geografia agrária como um todo. Esses temas podem melhor contribuir com o exercício de reflexão e de fortalecimento das lutas do campesinato por autonomia e resistência territorial, pois eles advêm da mesma base radical crítica, mas que por diversos fatores, não compuseram amplamente o arcabouço teórico do campesinato na geografia, apesar de existirem diversas práticas oriundas da epistemologia anarquista fortemente presentes nos territórios do campesinato.

EXISTE UMA EPISTEMOLOGIA ANARQUISTA NA GEOGRAFIA AGRÁRIA?

Não, não existe uma epistemologia anarquista na geografia agrária. O que existe são intensões libertárias, de diversos direcionamentos epistemológicos que se dedicam a investigações sobre o campo e os camponeses. O que existe é uma grande quantidade de trabalhos sobre o assunto, mas não uma produção direcionada especificamente à epistemologia do anarquismo e o campesinato, unificados por uma matriz de pensamento. Ora são pesquisas ligadas à agroecologia, vinculadas ao paradigma da ecologia social libertária, ora são abordagens ligadas à agricultura familiar e seu regime autonomista de organização camponesa, ou aos modelos de valorização das resistências locais de produtores que se integram em rede a caminho de confederações libertárias.

Todavia, não há um arcabouço teórico modelar que abarca todas as experiências libertárias, ou seja, que privilegia a autonomia dos camponeses na terra, que garante e promove a total identidade de gênero, racial, cultural e religiosa, que materialize a integração espontânea via federações livres, associações, comunas e movimentos totalmente independentes da ingerência do Estado e das genuflexões impostas pelo capitalismo mercadológico, financeirista e empresarial. Tomando como base as palavras de Martins (1983, p. 176) ao alertar sobre esse modelo, o mesmo diz que “o que acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e, sobretudo para custeio de lavouras”.

O paradigma liberal do desenvolvimentismo agrário-exportador e a noção neoliberal são abordagens conservadoras ditas progressistas da questão agrária na geografia em virtude de se manterem a serviço do modelo produtivista de *commodities*, podendo citar o elucidativo exemplo da abordagem sociológica que defende o capitalismo rural brasileiro através das palavras de Favareto (2010, p. 48), ao argumentar que “de um lado, uma das faces mais impressionantes do rural brasileiro é a vitalidade da sua agricultura comercial. E o peso deste setor na economia do país pode ser aquilatado pela proporção da sua participação nas exportações”.

Essas duas abordagens teóricas (liberal e neoliberal) são exercidas sobre a base metodológica advinda do positivismo ou do neopositivismo científico, cujo método hipotético-dedutivo justifica a superprodução, o desenvolvimentismo, os arranjos técnicos atrelados à monocultura e intensa exploração da terra como mercadoria, concentrada pela elite responsável por reproduzir o *desenvolvimento rural sustentável*, impossibilitando

virtualmente, coerente a sua narrativa ideológica, os conflitos por terra e as lutas contra a reprodução das desigualdades sociais no campo.

O modelo neoliberal inclui absorções fantasiosas de apropriação das experiências radicais ou anticonservadoras a seu modelo expropriador do trabalhador rural, sob impulsos do Estado, como por exemplo, a imposição de fóruns de decisões locais e regionais, e incentivos à agricultura familiar e ecológica, experiências essas desvirtuadas das noções autonomistas originais, que nada escutam o trabalhador rural, o qual nada decide, e possui agriculturas, por sua vez, ainda empresariais, exploradoras do trabalho e servem ao modelo de sociedade urbana consumista. As palavras de Favareto (2010) confirmam a defesa explícita desse modelo ideológico, que nega a conflitualidade entre classe explorada e exploradora, afirmando falsos pactos de interesses entre modelos agrários essencialmente contraditórios. Segundo ele,

não se trata de reivindicar que o país faça uma opção pela agricultura familiar ou pela agricultura patronal. Hoje há uma forte e competitiva agricultura comercial assentada sobre ambos os segmentos. O fundamental é uma estratégia que sinalize ao conjunto de agentes públicos e privados, um pequeno conjunto de temas ou questões para a o qual se deveria buscar convergir esforços e investimentos (FAVARETO, 2010, p. 51).

A outra epistemologia fortemente presente nos estudos de geografia agrária está vinculada à corrente materialista histórica, sustentada no método dialético. Seus estudos, tendo como base a doutrina do marxismo, direcionam-se a entender às problemáticas que geram as desigualdades no campo, avaliando assim os processos centrais do desenvolvimento material da sociedade camponesa em busca da equidade social. Por sua vez, essas desigualdades são alimentadas por processos históricos contíguos de concentração da renda, da terra e do poder, culminando na luta de classes que disputam diferentes modalidades de controle e uso do espaço agrário.

Segundo Martins (1983, p. 176) “um passo para superar as ilusões positivistas de que a terra representa um modo de produção e o capital outro, ou de que a terra e o capital são a mesma coisa no capitalismo, foi dado pela incorporação das formulações de Marx sobre a sujeição do trabalho ao capital.” Nesse sentido, “onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los” (MARTINS, 1983, p. 176).

A situação de conflitualidade entre as classes proprietárias dominantes e as camponesas trabalhadoras evidencia a questão agrária como centralidade das relações sociais de reprodução do capital, que em sua essência contraditória produz riqueza concentrada para a classe dominante beneficiária, sob a égide do Estado, através da exploração do trabalhador camponês, peça fundamental na produção de riqueza e miséria do mecanismo capitalista do campo. Conforme destaca Oliveira (1997, p. 18) “o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo”.

Dessa forma, o método dialético dá suporte para estudos que evidenciam a luta de classes como sentido motriz da história e da geografia, convertida por sua vez, em movimento constante de transformação das relações sociais desiguais, por estar pautada no espectro da conflitualidade da “questão agrária, [que] nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos” (FERNANDES, 2008, p. 4). “Por essa razão, a questão agrária gera continuamente conflitualidade. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato” (FERNANDES, 2008, p. 5).

Nesse sentido, é inegável a contribuição das teorias marxistas e seus desdobramentos teóricos para a geografia agrária, ao confrontar com o paradigma liberal justificador da espoliação do trabalhador do campo. Por outro lado, a expansão do marxismo sobre os estudos do campo na geografia tomou proporções quase que exclusivistas, abarcando grande parte das pesquisas e modelos de explicação da questão agrária, restando muito pouco espaço para as outras possibilidades epistemológicas, também radicais, de contribuição à geografia camponesa. Algumas dessas outras possibilidades de abordagens chegaram até a utilizar o rico legado oriundo do método dialético, mas por terem empreendido críticas à ortodoxia das abordagens leninista e stalinista, no contexto que disputaram espaço enquanto alternativo modelo explicativo, foram sendo suprimidas pela hegemonia territorial acadêmica do marxismo mais ortodoxo.

Essas mesmas críticas aos marxismos realizadas por diversas ciências sociais, e especialmente pela geografia, ligada a outros campos, como a geografia humana, regional, urbana, econômica e até física, não penetraram consideravelmente no bojo intelectual da

geografia agrária. Ocorre uma excessiva relutância em aceitar perspectivas críticas ao marxismo ortodoxo na geografia agrária, negligenciando a contribuição das abordagens libertárias, seja a epistemologia anarquista, a autonomista, a pós-feminista e a pós-colonial. Esta última vem trazendo para os estudos agrários um conjunto de reflexões e teorias fundamentadas no *sumaw*, bem viver, *suma kwamana*, comunitário etc., todas abordando temas do campesinato, como exploração do trabalhador negro, da mulher, como a organização política autonomista das comunidades familiares e a situação da diversidade de gênero no campo etc., ultrapassando a limitada perspectiva que qualifica questões como sendo essencialmente urbanas e essencialmente rurais.

É importante que a geografia do campo incorpore em seu contundente e qualificado discurso crítico, salutares contestações ao modelo de organização trabalhadora do campo sob os moldes da centralização democrática, da sujeição ao Estado provedor, com suas políticas públicas arregimentadoras das forças criativas e independentes do campesinato, e por sua vez, a sujeição de movimentos sociais de organização revolucionária a partidos políticos de qualquer espécie. Por esse percurso radical libertário Verges (2011) destaca o caráter excêntrico da classe campesina, se postando sempre nas periferias do modelo globalizador-centralizador, a caminho da autogestão do território, argumentando que,

hoy el proyecto campesino incluye la tierra como medio de trabajo pero también el control del territorio, la posesión colectiva de los recursos naturales, la autogestión política y la recreación de la economía moral, de la producción distribución justas y solidarias de los bienes (VERGES, 2011, p. 21).

O anarquismo enquanto *episteme* que contribui efetivamente com a geografia agrária ainda é pouco evidente, necessita de mais espaço, o que não significa o desconhecimento dos diversos sérios trabalhos que estão sendo desenvolvidos recentemente. Por outro lado, vale ressaltar que a geografia agrária reconhece e experimenta valores ácratas de prática de organização política territorial, como o confederalismo e as associações autonomistas, tomando como exemplo a palavra de ordem da Via Campesina: “Globalizemos a luta. Globalizemos a esperança” (SOSA et. al., 2010, p. 8). Neste mesmo sentido vale a incorporação do debate ambiental-social do equilíbrio homem-natureza, camponês-terra, trabalho-satisfação, entre outros, conforme sinaliza Stedile (2010, p. 14) sobre a missão da Via Campesina, que diz: “Para enfrentar tais desafios, o movimento camponês mundial deve buscar as respostas na sabedoria popular, organizando os conhecimentos que a humanidade

tem acumulado ao longo dos séculos, para usá-los em cada bioma, em cada sistema da natureza onde os povos vivem”. Seguindo a mesma lógica acima, o libertário Bookchin (1991), ao discutir acerca do que denominou de agricultura radical, enseja pioneiramente a noção tão em voga de agroecologia. Entretanto, mantém agregado ao discurso agroecológico a *episteme* anarquista advinda desde Reclus, que já praticava esse modelo na primeira metade do século XIX, quando foi camponês na Irlanda, e de Kropotkin, que se baseou no uso sustentável da terra realizado pelas sociedades tradicionais russas dentro do sistema da *obshina*.

Aquí la reaccion del individuo con una de las experiencias naturales más íntimas, la del sustento indispensable para la vida, está divorciada de sus raíces en la totalidad de la naturaleza. Las verduras, la fruta, los cereales, los lácteos y la carne pierden su identidad como realidades orgánicas y suelen adquirir el nombre de la campaña que los produce (BOOKCHIN, 1991, p. 68).

Un acercamiento instrumental actual que considera la producción de alimentos simplemente como una “técnica humana” en oposición a los “recursos naturales”. Este acercamiento radical es literalmente ecológico bien en sentido estricto: la tierra es considerada un *oikos*, un hogar. La tierra no es ni “recurso” ni “herramienta”, sino el *oikos* de millones de tipos de bacterias, hongos, insectos, lombrices y mamíferos pequeños. La caza deja este *oikos* fundamentalmente inalterable; la agricultura, en cambio, lo afecta profundamente y hace de la humanidad una parte integral del mismo. Los seres humanos ya o afectan al suelo de manera indirecta, intervienen en sus redes alimenticias y en sus ciclos bioquímicos de manera directa e inmediata (BOOKCHIN, 1991, p. 72).

Ou seja, no plano teórico há certa blindagem e desconsideração das contribuições epistemológicas anarquistas, já no prático existem largas experiências e usos, colocados como novas alternativas frente ao poderoso modelo uniformizador do capitalismo agrário, que cimenta a autonomia do campesinato.

O anarquismo lutou pela autonomia campesina já na primeira metade do século XIX, e quando na segunda metade os debates sobre a exploração das classes trabalhadoras se intensificaram dentro de diversas correntes do socialismo, o socialismo marxista se dedicou com mais afinco ao problema do operariado urbano, negando flagrantemente diversas questões do camponês daquela época, por insensibilidade e dogmatismo, em prol da estruturação coerente do edifício teórico do socialismo científico que, em nome de modelos teóricos de experiência científica na sociedade, descaracterizou a luta campesina como um todo. Por outro lado, anarquistas com menor volume quantitativo de teorias e mais ligados às práticas sociais em meio aos problemas das classes trabalhadoras, se envolveram com as lutas

daqueles que eram explorados no campo e na cidade. Negando a edificação de modelos teóricos universalizantes, os anarquistas empreenderam práticas que ainda hoje são louvadas por diversos movimentos sociais. É dessa antinomia que surge a necessidade de debater a contribuição epistemológica do anarquismo para a geografia agrária.

O HOMEM, A TERRA E A LIBERDADE: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS AO ANARQUISMO CAMPESINO

De uma forma geral a geografia sempre utilizou os temas homem e terra com certa frequência, pois “entre l’Homme et la Terre, se noue et demeure une sorte de complicité dans l’être”² (DARDEL, 1952, p. 8). Por sua vez, o tema liberdade, que também pode ser um conceito central das ciências sociais, especialmente da geografia, é utilizado muito esparsamente, conforme foi demonstrado em outro trabalho (PINTO, 2012).

O principal questionamento que lamenta a ausência da liberdade na geografia se dá primeiramente por ser um tema essencialmente político, vinculado à política revolucionária, e que também é um conceito de base sócio-territorial na luta pela existência. Por outro lado, é um tema epistemológico, pois se refere ao sentido de existir do sujeito da ação humana sobre a terra, que está situado em determinado rincão da superfície e que tem a necessidade de imbuir-se da materialidade espacial envolta para que se faça enquanto ser presente no mundo, e para isso ocorrer, tem que lutar por sua autonomia em meio a domínios territoriais adversos, na busca de construir territorialidades da liberdade.

No período clássico da geografia, momento de fundamentação científica e de busca da consolidação de objeto de estudo único, a centralidade temática se pautava na terra, tendo como segundo plano a ação humana, como mera modeladora da superfície. Por sua vez, a liberdade enquanto tema sugeriria àquela geografia mergulhada na ciência positiva comteana, fragilidade de objeto e insuficiência metodológica, pois estaria envolvendo-se com um conceito aparentemente político, por mais que a corrente ideológica liberal fosse a que norteava o positivismo e abusava grosseiramente do uso do termo liberdade (individual e competitiva), retirando o foco *genuinamente* cientificista da geografia oitocentista.

Nesse período então, o que permanece são os temas terra e homem, como exemplos dos clássicos trabalhos de Varenus, sua *Géographie Générale* – pioneiro na sistematização da geografia enquanto ciência -, Humboldt (1855), com seu *Cosmos: Essai d’une Description Physique du Monde*, e Ritter (1838), com sua *Géographie Générale Comparée, ou Étude de*

² “entre o Homem e a Terra, se enlaça e reside uma espécie de cumplicidade no ser”.

la Terre dans les sus Rapports avec la Nature et avec L'histoire de L'Homme. O conceito *terra*, nota-se pelos títulos das obras, era colocado em primeiro plano por abarcar a universalidade dos fenômenos geográficos e o homem como simples agente componente da paisagem, participante da atividade fenomênica da natureza. Será em Ritter que o homem ganhará mais destaque, influenciando toda uma geração que contribuirá com os estudos da ação humana sobre os fenômenos da natureza e atuação dos processos históricos na organização da sociedade.

Com os desdobramentos dos estudos em geografia a partir da segunda metade do século XIX, houve certa inversão temática, considerando a ação humana, e especialmente o homem, como agente preponderante sobre a superfície terrestre, seguindo assim o coerente movimento de supervalorização do recente conceito *homem* enquanto abordagem central da *episteme* moderna, conforme foi destacado por Foucault (1985). A partir desse redirecionamento, invertendo a noção *terra* por *homem*, agora postado no eixo central da *episteme* moderna das ciências humanas como um todo, tivemos também na geografia diversos trabalhos que passaram a destacar seu objeto como o resultado da ação humana sobre a terra, podendo citar os exemplos dos memoráveis trabalhos de Ratzel (*Antropogeografia e Geografia Política*), Reclus (1905) – *L'Homme et la Terre*, La Blache (1954) – *Princípios de Geografia Humana* –, Dardel (1952) – *L'Homme et la Terre* –, Brunhes (1962) – *Geografia Humana*, Sorre (1961) – *El Hombre en la Tierra* –, e Derruau (1973) – *Geografia Humana* – entre outras sustentações epistemológicas da geografia do homem e da terra.

Nesse bojo de visibilidade dos temas, homem e terra, não houve quase nenhum espaço para a liberdade. Apesar de não haver constância e rígida coerência nas histórias do pensamento científico ou filosófico, suas historiografias são construídas evidenciando certos momentos e personagens tidos como *vencedores*, pois tem o papel nefasto de impor uma consciência política sujeita a certos interesses acadêmicos e profissionais. Por isso, é considerável olhar mais de perto para o que Onfray (2008, p. 18) chama de contra-história, essa espécie de historiografia das margens, postada nos calabouços da ingerência censuradora da historiografia dominante. Ele nos convoca a “descobrir paisagens alternativas” do pensamento, que estão escondidas atrás do manto da tradição historiográfica. A necessidade auferida por Foucault (1985) de se fazer uma *arqueologia das ciências humanas*, cabe ao conceito de *liberdade* na geografia, especialmente no que diz respeito à luta pela terra, pois é pilar fundamental da tríade das lutas camponesas: *o homem, a terra a liberdade*.

Como partícipe dessa historiografia das margens, os trabalhos de Reclus, *La Terre* (1869) e *L'Homme et la Terre* (1905), são as contribuições pioneiras à geografia que incorporaram o conceito liberdade como tema de análise da relação homem e terra, ou sociedade e natureza. São as primeiras referências diretas à liberdade como objeto fim da luta de classes e a disputa pelo equilíbrio social no espaço geográfico pelas sociedades revolucionárias.

Reclus enquanto militante do anarquismo no final do século XIX fez também geografia, e sua pioneira geografia radical é muito mais extensa que suas contribuições estritamente teóricas para a epistemologia anarquista. Por sua vez, seus trabalhos eminentemente geográficos, apesar de não deixarem de ser trabalhos de geografia anarquista, não separa a ciência da ação, a prática política da investigação teórica. Eles foram condicionados com profunda negligência pelos seus contemporâneos, em decorrência principal da excentricidade de sua geografia anarquista (PINTO, 2011).

A orientação libertária de Reclus, longe de prestar-se às manipulações ideológico-científicas, é a garantia de uma independência, de um juízo crítico e de uma honestidade indispensável a toda pesquisa sincera. E ela vai muito mais longe do que o “possibilismo” clássico desenvolvido por certos geógrafos contra a corrente determinista, pois ela não ignora a existência de leis geográficas (PELLETIER, 2011, p. 14).

Vale mencionar que Reclus direcionou-se para o tema dos camponeses especialmente em um artigo denominado *A meu irmão camponês* (RECLUS, 2011) – citado como epígrafe desse trabalho –, como também em trabalhos publicados no periódico *Le Révolté*, caso do texto *Ouvrier, prends la machine! Prends la terre, paysan!*. Mas foi em sua obra final, a extensa geografia social anarquista denominada de *L'Homme et la Terre*, que Reclus desenvolveu apurada discussão, especialmente no fascículo sobre *La Culture et la Propriété*. Neste, ele apresentou abordagem sobre a situação dos camponeses frente às ações de desterramento do capital, que por sua vez destrói sua beleza íntima com a terra, pelo modo de vida da sociabilidade e do equilíbrio, pois “la belle ambiance du sol, des eaux et des airs ne devient éducatrice que’avec l’aide des hommes qui savent l’interpréter et lui donner une âme pour ainsi dire”³ (RECLUS, 1905, p. 145).

Em Reclus, a tríade *homem-terra-liberdade* é a manifestação mais coerente para o desenvolvimento do que buscou denominar de geografia social, pois defende como

³ “o belo ambiente do solo, das águas e dos ares não se faz educadores senão com a ajuda dos homens que sabem interpretar e lhe dar uma alma, por assim dizer”.

epistemologia da geografia a integralidade entre a ação humana, como fundadora de todas as transformações e reproduções espaciais sobre a terra, tendo como objetivo fim a liberdade, garantida pela conquista de territorialidades autônomas.

Outra contribuição marcante à geografia das liberdades que vale ser destacada são os trabalhos, do também anarquista geógrafo, Piotr Kropotkin, em especial a importantíssima obra, e muito negligenciada pela geografia agrária *La Conquête du Pain*, por dedicar em todo seu volume discussão sobre a luta pela alimentação e bem-estar social, nos moldes da *soberania alimentar* invocada por Fernandes (2009), sendo o seu último capítulo especialmente dedicado à agricultura, exercendo ácidas críticas a seu modelo intensivo e extensivo subsidiado pela tecnificação, e às relações de poder e de clientelismo entre os proprietários capitalistas, o Estado e os banqueiros como força opressora do camponês, ou seja, “le propriétaire, l'État et le banquier dévalise donc le cultivateur, par la rente, l'impôt et l'intérêt”⁴ (KROPOTKIN, 1892, p. 249).

Nesse sentido, “c'est la grande culture, la culture extensive, celle qui prend le sol tel qu'il sort des mains de la nature sans chercher à l'améliorer. Quand il aura donné tout ce qu'il peut, on l'abandonnera; on ira chercher ailleurs un sol vierge pour l'épuiser à son tour”⁵ (KROPOTKIN, 1892, p. 250). Já na obra *Ajuda Mútua* (2009), que é muito utilizada indiretamente, mas sem o devido reconhecimento pelos movimentos sociais da terra, estão contidas as práticas de mutualismo das federações camponesas, como exemplo, estando na base das organizações de movimentos do Uruguai, de Cuba e do México, só para citar alguns.

E o que se pede ao homem é que se guie em seus atos não apenas pelo amor, que é sempre pessoal – ou tribal no melhor dos casos –, mas também pela percepção de sua unidade com todo ser humano. Na prática da ajuda mútua, que remonta aos primeiros passos da evolução, encontramos a origem evidente e indubitável de nossas concepções éticas; e podemos afirmar que, no progresso ético do homem, a ajuda mútua – e não a luta de uns contra os outros – tem o papel principal. (KROPOTKIN, 2009, p. 234).

Outra obra que merece a atenção da geografia camponesa é a *Champs, Usines et Ateliers*, no qual Kropotkin (1910) faz referência direta a situação do campesinato, suas problemáticas vividas no início do século XX, devido a expansão do capitalismo monopolista industrial, promovendo, diante de suas análises, evidente discussão sobre geografia agrária

⁴ “o proprietário, o Estado e o banqueiro roubam o camponês, pelo rendimento, o imposto e os juros”.

⁵ “é a grande cultura, a agricultura extensiva, aquela que toma o solo tal qual ele sai das mãos da natureza sem procurar melhorá-lo. Quanto ele terá dado tudo o que pode, ela o abandonará; ela irá procurar em outro lugar um solo virgem para esgotá-lo à sua volta”.

das liberdades, sustentadas na epistemologia do comunismo anarquista. Tratando dos obstáculos de implantação de uma agricultura autonomista que redistribui recursos e que alimenta todos, Kropotkin (1910, p. 209) argumenta que “les obstacles ne sont ni dans l'imperfection de la science agricole, ni dans l'infertilité du sol, ni dans le climat. Ils sont uniquement dans nos institutions, dans nos héritages et nos survivances du passé, — dans les « Revenants » qui nous étouffent.”⁶

Para finalizar, é importante mencionar a contribuição de Murray Bookchin no que diz respeito à ecologia social, e o que os movimentos camponeses de hoje denominam de agroecologia. Na perspectiva de Bookchin (1991, p. 38) a agroecologia deve vir atrelada a elemento social, ou seja, à ecologia social libertária, senão passa a ser mero exercício de reforço às ideologias e às práticas do capital mercadológico agrícola.

En otras palabras, todos los problemas ecológicos y ambientales son problemas sociales; problemas sociales relacionados fundamentalmente con una mentalidad y sistema de relaciones sociales basados en la dominación y, en su raíz, en la jerarquía. Estos son los problemas que imponen hoy la difusión masiva de la ecología social.

Em suas diversas contribuições sobre o tema, especialmente na obra *Ecologia Social*, Bookchin (1991) busca denominar de agricultura radical os estudos que atrelam a anarquia enquanto suporte epistemológico balizador das questões agrárias.

Por ende, el agricultor radical ve la agricultura no sólo como una ciencia, sino también como un arte. El productor de alimentos debe vivir en intimidad con una tierra dada, y desarrollar una sensibilidad en cuanto a sus necesidades que ningún manual podría abarcar. El productor de comida debe ser parte de una “comunidad de suelo”, en el sentido importantísimo de que pertenece a un sistema biótico único tanto como a un sistema social dado (BOOKCHIN, 1991, p. 75).

La agricultura radical trae todas estas posibilidades a la luz del día; porque debemos emprezar por la tierra, aunque sólo sea porque los materiales básicos para la vida son fruto de la tierra. Esto es una verdad no sólo ecológica sino también social, [...] pues el capitalismo nunca será plenamente trascendido a menos que se cree sobre la tierra una nueva sociedad que libere a la humanidad en el sentido más completo y restaure el equilibrio entre sociedad y naturaleza (BOOKCHIN, 1991, p. 76).

Portanto, Bookchin dá suporte crítico libertário a noções de sociabilidade dos camponeses diante desse novo paradigma que se põe como principal combatente do *velho*

⁶ “os obstáculos não estão nem na imperfeição da ciência agrícola, nem na infertilidade do solo, nem no clima. Eles estão unicamente nas instituições, nas nossas heranças e nossas sobrevivências do passado, - nas “Almas” que nos sufocam”.

paradigma do capitalismo agrário-exportador, tendo no paradigma agroecológico subsídio necessário para se promover a luta pela *soberania alimentar* enquanto território da autonomia campesina, memoravelmente invocada por Fernandes (2009, p. 15), ao dizer que a

soberania alimentar é um território do campesinato. Ela gera um conjunto de conflitualidades que possibilita ao campesinato a disputa territorial tanto no campo das políticas públicas quanto no campo da produção agrícola. Ela exige outra escala geográfica da produção e da comercialização para que tenhamos alimentos saudáveis em nossas casas. A soberania alimentar se transforma a cada dia num movimento mundial em defesa de nossos territórios. A nossa mesa, onde comemos, também é nosso território.

Diante de alguns exemplos de contribuições epistemológicas do anarquismo à geografia agrária é importante discutir brevemente o papel do homem enquanto sujeito de transformação da terra em busca da liberdade como pilar pioneiro de uma geografia campesina das liberdades.

O homem como sujeito de transformação

Ao se tratar de geografia camponesa o *homem* é o elemento central de suas problemáticas. Nos territórios monocultores tecnificados, o homem é quase inexistente fisicamente ou figuradamente – devido seu ínfimo papel *cria[a]tivo* – em decorrência da protuberante técnica como base da transformação da terra, que chega ser o principal veículo de demanda de poder e de imposição social, responsáveis pelos arranjos que integram a classe dominante agroindustrial sobre a espoliação do trabalhador rural. Já nos territórios de resistência autônoma do campesinato, contrariamente, o homem é o centro motivador das relações de sociabilidade, o sujeito de transformação da terra, e também, produto-criador das relações sociais de produção no interior dos territórios que vivencia.

Todavia, quando se utiliza o termo *homem* obviamente que não se limita ao gênero masculino, mas a todos e a todas aquelas que vivem na e da terra. A pretensão é auferir à palavra homem noção conceitual, de categoria de análise, já tradicionalmente presente nos estudos geográficos. Além disso, *homem*, refere-se a uma categoria espacial e não somente histórica como sempre se propôs. Pois nele está inserida a capacidade enquanto sujeito da ação, que está intimamente ligado à terra (*húmus*) que pertence ou está diretamente envolvido – ser germinador de geograficidades – o qual, por sua vez, é produto dessa mãe germinadora de relações sócio-territoriais, em decorrência dos embates e relações sociais equalizados às formas, objetos, recursos, processos, funções e dimensões do espaço geográfico, como

também, produz dimensões materiais da realidade através da ação histórica dos sujeitos coletivos sobre a superfície terrestre.

No anarquismo o *homem* é visto como ser social de consciência material individual e coletiva, produto/produtor das relações sociais de produção, mas também é reconhecido seu papel enquanto individualidade criativa, ou seja, indivíduo integrado à realidade em constante busca por autonomia e liberdade de consciência. “É ao próprio indivíduo, isto é, à célula primordial da sociedade, que é preciso retornar para encontrar as causas da transformação geral, com suas mil opções, segundo as épocas e os lugares” (RECLUS, 2002, p. 46), pois “o indivíduo nunca é percebido, concebido como uma entelêquia, mas sempre como uma parcela, um fragmento que pede para ser realmente um grande todo promotor de sentido e de verdade” e “todas essas políticas visaram a esta transmutação do indivíduo em sujeito” (ONFRAY, 2001, p. 41 – 42). A epistemologia anarquista dá muito valor ao papel do homem enquanto indivíduo que almeja indiscriminadamente a liberdade, como pode ser percebido pelas palavras de Bakunin (2009, p. 77):

O homem natural só se torna um homem livre, ele só se humaniza e se moraliza, só reconhece, em resumo, e só realiza em si mesmo e para si mesmo seu próprio caráter humano e seu direito, à medida que reconhece esse mesmo caráter e esse direito em todos os seus semelhantes. No interesse de sua própria humanidade, de sua própria moralidade e de sua liberdade pessoal, o homem deve querer a liberdade, a moralidade e a humanidade de todos.

Tanto Reclus como Onfray reivindicaram reconhecimento do indivíduo no lugar de suas imposições sugestionadas pela sociedade, argumentando que o sentido final do desenvolvimento coletivo é o indivíduo, e as individualidades em autonomia relacional, que almeja a constante liberdade. Os teóricos libertários superaram a base das reflexões e ingerências impositivas do marxismo contra o indivíduo e todos seus espectros forjados na base da desastrosa polêmica *Stirner-Marx* conforme analisa Souza (1993), pois eles não relacionam, grosso modo, como as ortodoxias do socialismo autoritário, indivíduo a projeto liberal de sociedade. Esse erro marxista custou muito caro ao indivíduo, limitando-o a encadeamentos sociais do utilitarismo liberal, pois não o reconhecia enquanto elemento fundador de uma sociedade autônoma, conforme alertou Castoriadis (1982).

A terra como produto-produtora

Entre o *homem* e a *liberdade* está a *terra*, substrato de desenvolvimento da vida de todos os seres. Para Dardel (1952, p. 55) ela “non seulement point d’appui spatial et support matériel, mais condition de toute ‘position’ de l’existence, de toute action de poser et de reposer.”⁷ Infelizmente Dardel, pioneiro do existencialismo na geografia, que auferiu renovada argumentação entre os conceitos homem e terra, foi fortemente negligenciado pela historiografia dominante, sendo descartada sua rica contribuição acerca da geograficidade. Isso ocorreu em parte também no interior da geografia agrária, que abandonou caras noções da relação simbiótica do homem com a terra, do sentido de pertencimento, das experiências vividas pelos sujeitos enquanto homens da terra, do debate das populações tradicionais, da geografia mítica, da terra como *mãe sábia*, da religião, da simbologia material e identitária e do significado dos lugares, que hoje são tão revalorizados dentro da geografia como um todo, principalmente na agrária.

La Terre, en tant que base, est l’avènement même du sujet, fondement de toute conscience s’éveillant à ele-même; antérieure à toute objectivation, ele se mêle à toute prise de conscience, ele est pour l’homme ce dont il surgit dans l’être, ce sur quoi erige toutes ses oeuvres, le sol de son habitat, les matériaux de sa maison, l’objet de sa peine, ce à quoi il adapte son souci de construire et d’ériger.⁸ (DARDEL, 1952, p. 57).

Por outro lado, os desdobramentos marxistas sobre a sujeição da renda da terra ao capitalismo agrário são argumentações insuperáveis e base fundamental para todas as espécies de movimentos sociais de luta pela terra e autonomia campesina. Diante da importante contribuição do marxismo ao conceito *terra*, o que a geografia anarquista pode acrescentar como contribuição epistemológica é o sentido geopolítico libertário contido no controle dela enquanto território de ação autonomista, que garante a sociabilidade, o uso equitativo dos recursos e a riqueza de valores mutualistas no caminho da liberdade contra o Estado e o capital.

Todavia, para realizar essa revolução de justiça e de bom senso, será preciso erguer a mão contra a “arca sagrada”, violar essa desigualdade tão cara aos privilégios e que lhes assegura não só o monopólio da terra e dos produtos

⁷ “não é somente ponto de apoio espacial e suporte material, mas condição de toda ‘posição’ da existência, de toda ação de por e de repor.”

⁸ A terra, como base, é a própria elevação do sujeito, fundamento de toda consciência despertando-se a si mesma; anterior a toda objetivação, ela se mistura a toda tomada de consciência, ela é para o homem do qual ele surge no seu ser, esta sobre o qual ele erige todas suas obras, o chão de sua morada, os materiais de sua casa, o objeto de suas dificuldades, à qual ele adapta sua preocupação de construir e de erigir.

da terra, mas também as fábricas e todas as obras do trabalho humano, sobretudo o poder, o direito de dizer-se senhores e dominar, com efeito, adulados, respeitados, adorados por esses mesmos que eles oprimem (RECLUS, 2010, p. 104).

A contribuição de Reclus e de Kropotkin, dada à questão da terra no final do século XIX e início do século XX, é a mesma realizada memoravelmente pela atual geografia crítica marxista, pois parte dos mesmos princípios fundadores da desigualdade no campo, como sendo originados da propriedade privada e da sujeição da renda da terra ao capitalista.

Todo homem tornado senhor de seus semelhantes pela guerra, pela conquista, pela usura, ou por todo outro meio, constituía, por isso mesmo, a propriedade privada em seu benefício, porquanto, apropriando-se do homem, ele apoderava-se igualmente de seu trabalho e do produto de seu esforço, enfim, da própria parte do solo comum onde o escravo havia feito nascer a colheita (RECLUS, 2010, p. 58).

Nesta perspectiva, Martins (1983, p. 166) mensura a importância do controle da terra pela propriedade privada do capitalista, para explorar a mais-valia do trabalhador, mas também destaca a distinção entre terra e capital e o controle de sua renda.

Esse é o motivo pelo qual quando o capitalista compra a terra não é porque esteja, como um senhor feudal, interessado na terra em si: o que ele efetivamente compra é a renda da terra, o direito de se assenhorear de uma parte da mais-valia social. Nesse sentido, a terra também é diferente do capital. Mesmo que o proprietário não ponha a sua terra para trabalhar, ainda assim ela lhe dará direito de se apropriar de uma parte da riqueza socialmente produzida.

A riqueza é socialmente produzida pelo controle da renda da terra, por sua vez garantida pelo monopólio de classe sobre a terra e os mecanismos de exploração dos trabalhadores. Nesse momento, Martins atinge o ponto crucial que promove a exploração do trabalhador ao destacar a usurpação do trabalho autônomo ao trabalho do capital, alimentador do proprietário. A questão central colocada por Martins converge sobre a captura da liberdade do trabalhador e de sua autonomia e da falta de terra para sociabilizar-se, culminando nos três pilares da autonomia campesina: homem, terra e liberdade.

O monopólio de classe sobre a terra e monopólio de classe sobre o capital - as ferramentas, as matérias-primas, o dinheiro dos salários - são imprescindíveis no capitalismo para subjugar o trabalho dos trabalhadores, para fazer com que estes trabalhem para o capital, para que a sua capacidade de produzir mais riqueza do que aquela de que necessitam para sobreviver

apareça como se fosse uma virtude da propriedade da terra e do capital (MARTINS, 1983, p. 165).

A terra não pode ser confundida com o capital; não pode ser analisada em suas consequências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual àquele representado pelos outros meios de produção. Nesse sentido, ocorre em relação à terra o mesmo que ocorre com o trabalho. Este também não é produto do próprio trabalho, não contém valor. No entanto, o capital, monopolizando os meios de produção, impede que o trabalhador trabalhe por sua conta; só lhe resta trabalhar para o capital (MARTINS, 1983, p. 160).

Nesse rigoroso movimento que separa o trabalhador dos meios de produção, e controla a renda da terra pela exploração do trabalho e domínio dos meios de produção, limita-se o sentido existencial dos indivíduos às ingerências acumulativas dos capitalistas. O homem sem terra não tem liberdade. A luta pela terra é essencialmente a luta pela liberdade e autonomia dos camponeses, e seu sentido de existir, permanecer, vivenciar a terra é para a conquista das liberdades e do bem-estar social.

A liberdade como sentido existencial

O espírito de liberdade é um sentimento profundo dentro de cada indivíduo que sempre quer ecoar gritos que estremecem o sentimento de autoridade. Os indivíduos nascem pela liberdade, mas estão vulneráveis aos constantes mecanismos de exploração, opressão, controle e sujeição. Por isso, aqueles que se impõem sobre os *espíritos livres* agem diretamente nas suas capacidades de serem insubmissos, aprisionam seus desejos e usurpam suas forças vitais no devir da felicidade plena. Por isso, a liberdade é o sentido existencial de cada ser.

A liberdade, assim como a humanidade da qual ela é mais pura expressão, não está absolutamente no começo, está no último termo da história. A sociedade humana, como dissemos, começa por sua bestialidade. Os homens naturais e selvagens reconhecem tão pouco seu caráter humano e seu direito natural que eles começam por entredorar-se e, infelizmente ainda hoje, não cessaram de matar-se mutuamente. O segundo período no desenvolvimento histórico da sociedade humana é aquele da escravidão. O terceiro, no meio do qual vivemos, o da exploração econômica ou do salariado. O quarto período, aquele ao qual tendemos, e ao qual menos devemos esperar, buscamos, é o da *justiça*, da liberdade na igualdade ou da mutualidade (BAKUNIN, 2009, p. 77).

Um sentimento de sociabilidade profunda, de ajuda mútua e de luta contra o poder daqueles que oprimem suas vontades na intenção de limitar a vivência em uma geografia harmoniosa, recai sobre o sentido ontológico do homem, enquanto indivíduo que quer ter terra

e ser livre, pois “o homem livre, que, de plena vontade, une sua força àquela de outros homens, agindo por sua própria vontade, é o único a ter o direito de desaprovar os erros ou os danos dos pretensos companheiros. Ele só poderia ser responsável por ele mesmo” (RECLUS, 2002, p. 88).

A liberdade, esse poderoso conceito que recai sobre a vida de todos os seres é também uma categoria de investigação científica, e a geografia como um todo, especialmente a agrária, pode melhor torná-la uma categoria de análise que dê subsídios a investigações sobre o sentido do ser social na luta pela terra. Dardel (1952, p. 130), baseado na epistemologia existencialista, diz que “la géographie présuppose et consacre une liberté. L’existence, en choisissant sa géographie, exprime soulvent le plus profond d’elle même.”⁹ É necessário que esse valor humano torne-se cada vez mais um parâmetro de interpretação dos impulsos e destinos da conflitualidade agrária, e que sirva para avaliar o sentido existencial das territorialidades de resistência camponesa frente ao oceano de forças do capitalismo agrário, que se mantém através de abissais valores financeiristas. Por isso, a noção universalizante de liberdade trazida por Bakunin (1975), que a coloca como valor essencial do indivíduo escalonado a toda a humanidade, é salutar para se pensar a necessidade de sua presença nos estudos acadêmicos, pois está sempre viva nas práticas sociais revolucionárias.

Só serei verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, forem igualmente livres [...] de modo que quanto mais numerosos forem os homens livres que me rodeiam e quanto mais profunda e maior for a sua liberdade, tanto mais vasta, mais profunda e maior será a minha liberdade [...]. Eu só posso considerar-me completamente livre quando a minha liberdade ou, o que é a mesma coisa quando a minha dignidade de homem, o meu direito humano refletidos pela consciência igualmente livre de todos, me forem confirmado pelo assentimento de toda a gente. A minha liberdade pessoal, assim confirmada pela liberdade de todos, estende-se até ao infinito (BAKUNIN, 1975, p. 22 – 23).

Prosseguindo com a reflexão sobre a liberdade enquanto valor universal, em outra ocasião Bakunin (2009, p. 74) nos traz a perspectiva da liberdade conjunta à solidariedade enquanto leis humanas, evidenciando que “a solidariedade social é a primeira lei humana; a liberdade, a segunda. Essas duas leis, penetrando-se mutuamente, e inseparável uma da outra, constituem toda a humanidade. A liberdade não é a negação da solidariedade, ela é seu desenvolvimento e, por assim dizer, sua humanização”. Dessa forma Bakunin foi um dos poucos pensadores e militantes da luta pela liberdade que dedicou ampla atenção a esse

⁹ “a geografia pressupõe e consagra uma liberdade. A existência, escolhendo sua geografia, exprime amiúde o mais profundo de si”.

conceito. Para ele, a liberdade permeava todos os sentidos das relações sociais, como também o valor da solidariedade, tratado por Kropotkin (2009) ao discutir a lei da ajuda mútua.

A liberdade na perspectiva reclusiana deve ser a constante busca dos homens ao vivenciarem suas experiências de geograficidade, ligada ao sentido de uso e de presença na terra, pois segundo a argumentação de Reclus (2011, p. 81 e 82), se o camponês “portanto amas o solo e o cultivas, é a ti que pertencem as colheitas” e “nenhum amor é mais forte que aquele do camponês pelo solo que ele revolve e semeia, no qual nasceu e ao qual retornará”. Mas para que haja a efetivação ou a conquista de cotas de liberdade na terra pelo camponês é necessária a revolução social campesina, no entendimento de Reclus (2011), para além de concessões com o Estado, ou por reformas de cima para baixo, por funcionarem como forças que inviabilizam a autonomia campesina, sendo também, o mesmo entendimento dado três décadas depois por Nestor Makhno (2001, p. 94) sobre a revolução social camponesa na Ucrânia, no qual

os camponeses não podiam e não queriam evidentemente aceitar tal perspectiva, após terem provado os frutos da árvore da liberdade. É por isso que eles se revoltaram como um único homem para defender seus interesses achincalhados. Eles se revoltaram porque rejeitam definitivamente a exploração social estatal, a pilhagem econômica e a arbitrariedade política.

Novamente segundo Reclus (2011, p. 84) existe um condicionante primordial à luta do campesinato revolucionário - a união solidária em volta da causa e contra o inimigo identificado, pois “sozinho, demasiando só, o pequeno camponês cultivador é fraco em demasia para lutar simultaneamente contra a natureza avara e contra o opressor perverso”.

Assim, tomaremos a terra, sim, nós a tomaremos, mas daqueles que a detêm sem cultivá-la, para devolvê-la àqueles aos quais era proibido tocá-la. Todavia, não é para que eles possam, por sua vez, explorar outros infelizes. A medida da terra à qual o indivíduo, o grupo familiar ou a comunidade de amigos têm naturalmente direito é abarcada por seu trabalho individual ou coletivo. Quando um pedaço de terra ultrapassa a extensão do que podem cultivar, eles não têm nenhuma razão natural para reivindicar esse pedaço seu uso pertencente a outros trabalhadores (RECLUS, 2011, p. 83).

Nessa perspectiva reside a ação humana, sustentada pelo valor de uso da terra enquanto fundamento existencial dos campesinos, e pela resistência política por autonomia, em busca da liberdade como valor ético universal de mutualidade e de equilíbrio social, culminando na geograficidade libertária do sentido campesino de vivenciar o território.

CONCLUSÃO

De um modo geral, o que se buscou alcançar com as palavras acima foi somar aos estudos de geografia agrária a contribuição da epistemologia anarquista. Pode-se notar que ainda no anarquismo clássico é possível encontrar lições e direcionamentos para a luta pela terra enquanto territorialidade da resistência autônoma, coexistindo à trajetória epistemológica da geografia agrária um percurso paralelo, coparticipante do mesmo tronco político-social-ideológico, caso da noção libertária, representada pela trajetória aberta por Reclus, Kropotkin, enquanto contribuições clássicas da anarquia, passando por Dardel, enquanto contribuição fundadora do existencialismo na geografia, que pauta-se na discussão da relação de geograficidade entre os homens e a terra, culminando no anarquismo contemporâneo, ou neoanarquismo ecologista social de Murray Bookchin. Nesse sentido, no anarquismo contemporâneo e em seus infindáveis desdobramentos epistemológicos libertários e, principalmente, nas suas consolidadas práticas de intervenção política autonomista, mutualista e federalista nos territórios camponeses, encontram-se fortes contribuições à mais recente geografia agrária que possam agregar forças à movimentação social como um todo.

Compartimentar e rivalizar elementos da luta pela terra advinda de uma mesma matriz teórica radical, estando do mesmo lado da barricada da exploração, confrontando contra o mesmo inimigo do outro lado nos seus confortáveis territórios da opulência, somente por vaidosas alegorias epistemológicas, tanto por parte do anarquismo quanto pelo marxismo, é se sujeitar ao jogo fragmentador do capital. É necessário respeitar as convenções ideológicas de cada abordagem radical, não ofendendo suas devidas peculiaridades organizacionais e de enfrentamento dos desafios, mas, no campo das práticas políticas de embate ao poder usurpador, os dois lados devem estar eternamente agregados, por isso, qualifica-se nesse trabalho, o valor da tríade: *homem-terra-liberdade* como temário conscientemente universal da luta pela autonomia dos trabalhadores da terra.

REFERÊNCIAS

BAKUNIN, M. **Conceito de Liberdade**. Porto: RÉS limitada, 1975.

BAKUNIN, M. **Programa da sociedade da revolução internacional**. São Paulo: Faísca. Imaginário, 2009.

BLACHE, P. V. de La. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

BOOKCHIN, M. **Ecología libertaria**. Cuadernos libertários. Madrid: Madre Tierra, 1991.

BRUNHES, J. **Geografia humana**. Edição abreviada. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DARDEL, E. **L’homme et la terre**. Paris: PUF, 1952.

DERRUAU, M. **Geografia humana**. 2 vols. Lisboa: Presença, 1973.

FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações. **Desenvolvimento em Debate**. v.1, n.2, p.47-63, janeiro – abril e maio – agosto 2010, p. 47 – 63.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Buainain, A. M. (Editor). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

FERNANDES, B. M. Soberania alimentar como território. Trabalho apresentado no **Workshop Food Sovereignty: Theory, Praxis and Power**, realizado nos dias 17 e 18 de novembro no St. Andrews College, University of Saskatchewan, Saskatoon, Saskatchewan – Canadá, 2009.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

HUMBOLDT, A. von. **Cosmos: Essai d’une description physique du monde**. Tome Premier. Paris: Gide et J. Baudry, 1855.

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: Senhora, 2009.

KROPOTKIN, P. **Champs, usines et ateliers**. Ou l’industrie combinée avec l’agriculture, et le travail cerebral avec le travail manuel. Paris: P-. V. STOCK, 1910.

KROPOTKIN, P. **La conquête du pain**. Paris: Tresse e Stock, 1892.

MAKHNO, N. **A revolução social na Ucrânia**. São Paulo: Imaginário. Nu-Sol, 2001.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no progresso político. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ONFRAY, M. **A política do rebelde**. Tratado de resistência e insubmissão. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

ONFRAY, M. **Contra-história da filosofia**. As sabedorias antigas. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PELLETIER, P. Introdução. In.: COELHO, P. A. (Org.). **Anarquia pela educação**. São Paulo, Hedra: 2011.

PINTO, J. V. C. Geografia anarquista e anarquismo geográfico, geografia libertária e libertarismo geográfico. A excentricidade a atualidade no pensamento de Élisée Reclus. **Colóquio Internacional: Élisée Reclus e a geografia do novo mundo**. 6 a 10 de dezembro de 2011. Laboratório de Geografia Política. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo: USP, 2011.

PINTO, J. V. C. Mística da liberdade no pensamento geográfico de Élisée Reclus e Piotr Kropotkin: tônica anarquista da história heterodoxa da geografia ortodoxa. **III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico I Encontro Nacional de Geografia Histórica**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 5 a 10 de novembro de 2012.

RECLUS, E. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista**. São Paulo: Imaginário, 2002.

RECLUS, E. A meu irmão camponês. In.: COELHO, P. A. (Org.). **Anarquia pela educação**. São Paulo, Hedra: 2011.

RECLUS, E. **L'homme et la terre**. Tome sixième: Histoire contemporaine – La culture et la propriété. Paris: Librairie Universelle, 1905.

RECLUS, E. **La Terre**: description des phénomènes de la vie du globe. Vol. II. L'Océan – L'Atmosphère – La Vie. Paris: Hachette, 1869.

RECLUS, E. **O homem e a terra**. A cultura e a propriedade. São Paulo: Imaginário, 2010.

RITTER, K. **Géographie générale comparée**. Étude de la terre dans les sus rapports avec la nature et avec l'histoire de l'homme. Bruxelles: Société Typographique Belge, 1838.

SORRE, M. **El hombre em la tierra**. Barcelona: Labor, 1961.

SOSA, B. M. et al. **Revolução agroecológica**. O movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba. Habana: ANAP, 2010.

SOUZA, J. C. de. **A Questão da Individualidade**. A crítica do humano e do social na polêmica Stirner-Marx. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

STEDILE, J. P. Globalizemos a luta, a esperança e o conhecimento camponês. Prólogo da Via Campesina. In.: SOSA, B. M. et al. **Revolução agroecológica**. O movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba. Habana: ANAP, 2010.

VERGES, A. B. **Campesidios**. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Quito: Fenocin. Oxfam. La Tierra, 2011.

Recebido em 08 de janeiro de 2014
Aprovado em 27 de agosto de 2014